

Gratuidade divide as opiniões na Educação

LUCIO VAZ
Da Editoria de Política

Equilibrada pela presença de representantes da área empresarial e de trabalhadores, a Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação promete a realização de importantes e polêmicos debates, com idéias opostas em confronto direto. Os defensores do ensino público e gratuito em todos os níveis enfrentarão aqueles que pregam a liberdade de atuação da iniciativa privada no setor. Na área de tecnologia, a questão da reserva de mercado será a mais explosiva. Um detalhe importante: em cada grupo já formado há representantes de diferentes partidos.

Os integrantes da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes foram testados na terça-feira, quando o Congresso Nacional foi invadido pelos participantes do Congresso dos Estabelecimentos Particulares de Ensino. O deputado Bezerra de Melo (PMDB/SP), proprietário da Universidade de Mogi das Cruzes (SP), aprovou integralmente a proposta encaminhada pelos diretores das escolas particulares à Constituinte. Deverá ser o líder do grupo que representa a rede de ensino privado.

Ele entende que é obrigação do Estado assegurar a todos, sem distinção, igualdade de oportunidades educacionais, mas salienta que "o ensino deve ser gratuito apenas para aqueles que provarem carência de recursos". Deixa uma abertura para o ensino privado, mas acrescenta que "não viemos aqui defender exclusivamente a livre iniciativa, e sim para defender o ensino como um todo". Quando as três subcomissões estiverem reunidas numa comissão geral, ele terá o apoio do deputado Arnold Fioravante (PDS/SP), proprietário das Faculdades Metropolitanas Unidas (SP), atualmente na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e Comunicação.

O grupo disposto a defender o ensino público e gratuito em todos os níveis terá a liderança do deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), ex-presidente da Confederação dos Professores do Brasil e atualmente presidente da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes. Zanetti está radicalmente contra a proposta de custeio de bolsas para alunos carentes — pelo Estado — na rede de ensino privado, como aprovou o Congresso de Estabelecimentos Particulares. Acha que o objetivo destes grupos "é aproveitar a desorganização da rede de ensino público para conseguir recursos do Estado. Mas as empresas que montaram escolas com o objetivo de lucro vão sofrer daqui para frente", garante.

Entre os líderes estão o deputado Florestan Fernandes (PT/SP), sociólogo, lista político e professor, assado da USP pelo AI-5; o deputado Otávio Elizio (PMDB/MG), ex-secretário de Educação de Minas Gerais, e o deputado Solon Borges dos Reis (PTB/SP), ex-secretário da Educação de São Paulo e fundador da União Paulista da Educação. Entre os dois grupos estará o relator da Subcomissão da Educação, senador João Calmon (PMDB/ES), um constituinte compromissado fundamentalmente em conseguir mais verbas para a educação.



Zanetti: ensino público



Calmon: mais verbas

CIÊNCIA

Na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e Comunicação, já há um grupo bem articulado disposto a defender a reserva de mercado para a informática e outros setores da tecnologia de ponta. Liderados pela relatora Cristina Tavares (PMDB/PE), os deputados Olivio Dutra (PT/SP), coordenador da Comissão de Computação e Informática da CUT, e Carlos Alberto Caó (PDT/RJ), ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, pretendem defender de forma enfática a soberania nacional e os direitos dos trabalhadores. Pertencentes a diferentes partidos, representam a esquerda dentro da Subcomissão.

Mas ainda não surgiu entre os demais membros a defesa da abertura deste mercado para o capital internacional. Esta batalha deverá ser muito dissimulada. Os inimigos dos defensores da reserva de mercado serão os lobbistas profissionais, que já invadiram o Congresso Nacional na tentativa de fazer valer as suas posições. De qualquer forma, a relatora Cristina Tavares adianta que não pretende fugir do debate sobre o tema. Propõe que sejam levados até a subcomissão defensores das duas propostas: abertura ou reserva de mercado. "É evidente que não vamos trazer o Reagan, mas vamos trazer aqui aqueles que defendem os interesses dos Estados Unidos no Brasil", comenta a deputada.

Na área de comunicação, os adversários estão sentados lado a lado. A proposta de democratização dos meios de comunicação tem novamente a relatora Cristina Tavares como principal defensora. E praticamente o mesmo grupo da reserva de mercado que defende esta tese, mas há outros aliados, como o senador Pompeu de Souza (PMDB/DF), o deputado Mendes Ribeiro (PMDB/RS) e o deputado Artur da Távola (PMDB/RJ).

Do lado oposto estão os deputados José Carlos Martinez (PMDB/PR), proprietário de uma rede de televisão nos estados do Paraná e Santa Catarina, a OM Comunicação, e Arnold Fioravante (PDS/SP), proprietário da Rede Capital de Comunicação, que reúne 11 emissoras de rádio e

uma emissora de televisão em Brasília. Eles defendem os direitos das empresas que detêm os meios de comunicação, enquanto o outro grupo prega o controle da sociedade civil organizada sobre estes meios, mesmo que eles continuem sendo administrados pelas empresas privadas.

Uma proposta bastante concreta deverá colocar estes dois grupos frente a frente: a criação de um Conselho Nacional de Comunicação. Praticamente todos defendem a existência deste órgão, que teria como atribuições a formulação de uma política de comunicação para o País e a decisão sobre a distribuição de concessões de canais de rádio e televisão, mas há divergências sobre a sua composição. Os representantes dos trabalhadores defendem a participação majoritária de entidades que representam os diversos setores da sociedade civil, como sindicatos, associações de classe e de moradores, mas os empresários querem uma participação mais efetiva.

FAMÍLIA

Praticamente não existem grupos na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, até porque seria muito difícil alguém se colocar contra um destes segmentos da sociedade. Mas é verdade que há diferentes posições sobre estes temas. Na questão do menor, há quem defenda a intervenção direta do Estado, enquanto outros entendem que a solução depende basicamente da atuação da sociedade. O planejamento familiar também promete ser um tema polêmico.

O maior especialista na questão do menor, justamente o presidente da Subcomissão, deputado Nelson Aguiar (PMDB/ES), ex-presidente da Funabem, acha que este problema não será resolvido enquanto não deixar de ser tratado como um caso de polícia. E contra a existência de internatos e também crítica o sistema centralizado de atendimento ao menor carente. Propõe a municipalização deste sistema e o atendimento dos menores em pequenos grupos inseridos na própria sociedade.

Entende que a sociedade tem que agir para resolver este problema, recebendo apenas o apoio do Estado, como acontece nos países desenvolvidos. Na sua opinião os internatos servem apenas para esconder os menores que estão perturbando a tranquilidade da sociedade. Longe de prepará-los para a vida, estas verdadeiras casas de detenção acabam servindo como escola para o crime.

Já o relator da Subcomissão deputado Eraldo Tinoco (PFL/BA), afirma que "o Estado é responsável pela assistência ao menor". Mas ele também reconhece que o Estado não vem agindo bem, porque "se preocupa mais com o processo terminal, quando não tem mais jeito, quando o menor já assume a condição de criança abandonada". Defende a assistência global do menor, desde o processo de gestação, até a educação e a sua profissionalização, passando inclusive pelo planejamento familiar.

Neste ponto, o deputado contraria frontalmente a deputada Rita Camata (PMDB/ES), que não aceita o estabelecimento de metas demográficas pelo governo. Eraldo Tinoco acha que "a questão populacional no Brasil precisa ser discutida e equacionada".

do poder econômico nos resultados das eleições. Lídice da Mata quer também defender a possibilidade de o candidato à Presidência da República não ser filiado a partido político.

Na subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, o grande "pano de fundo" do debate, segundo o relator, deputado Nilton Friedrich (PMDB/PR), será a construção de um Estado de direito, democrático e social. O relator quer dar um sentido mais amplo às questões de legalidade e ilegalidades e constitucionalidade e inconstitucionalidade, com a afirmação da soberania popular no controle do cumprimento da Constituição.

A proposta de Friedrich é a de que qualquer cidadão aione o tribunal constitucional na hipótese de o governo adotar normas ou baixar atos que contrariem a Constituição. E na ampliação da presença da sociedade nesta área que poderão ocorrer, segundo o relator, as divergências no âmbito da subcomissão.



Homero Santos

Homero pede prioridade às cooperativas

O 1º vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos (PFL-MG), vai apresentar proposta à nova Constituição estabelecendo que somente cooperativas e associações de produtores rurais poderão receber títulos de propriedade de terras redistribuídas dentro do programa de reforma agrária do Governo.

Ao justificar sua proposta, alega o parlamentar mineiro que a divisão das terras em glebas diminutas e individualizadas tem se mostrado inadequada para assegurar o sucesso do plano de reforma agrária, na medida em que os pequenos produtores ficam à margem das linhas de crédito e dos benefícios da assistência técnica e extensão rural. A organização dos futuros proprietários em cooperativas e associações, diz ele, permite a exploração da terra em bases mais racionais e evita que as propriedades sejam rapidamente revendidas a terceiros, em geral grandes proprietários.

Homero Santos propõe ainda que a desapropriação para fins de reforma agrária seja da competência exclusiva da União Federal, a fim de que a reestruturação fundiária não seja objeto da ação de governos municipais ou estaduais e, portanto, sujeita a querelas políticas parciais, capazes de prejudicar a produção nacional agrícola ou contrariar os interesses público e social.

Homero Santos entende que a reforma agrária não pode ser feita para beneficiar grupos estrangeiros, pessoas ou entidades ligadas ao Poder Público ou com vinculações a entidades estrangeiras. O acesso da terra, segundo o parlamentar, deve ser propiciado a quem nela trabalha, e tenha condições de explorá-la em benefício do País.

MONOPÓLIO

Em outra proposta, o 1º vice-presidente da Câmara procura assegurar à União o monopólio da pesquisa, lavra, refino, processamento, transporte marítimo e em condutos do petróleo e seus derivados e do gás natural.

Ele veda expressamente a cessão ou concessão de qualquer tipo de jazida de petróleo situada em território nacional.

Assembléia de Goiás dará gatilho

Da Sucursal

Goiania — A Assembléia Legislativa de Goiás não vai respeitar a determinação do governador Henrique Santillo de suspender a aplicação do gatilho salarial, e vai pagar o mês de março, com o benefício, todos os seus servidores. A informação é do presidente da casa, deputado Frederico Jaime Filho, garantindo que o Legislativo é um Poder independente que não é obrigado a seguir o Executivo.

Revelou o parlamentar que levou sua decisão ao governador Henrique Santillo "e ao mesmo tempo apresentei a ele minha solidariedade às medidas de austeridade por ele adotadas para contenção de despesa, entendendo que ele optou por medidas menos dolorosas que a demissão em massa de servidores".

Jaime Filho, ressaltou, entretanto, que existe perfeita sintonia entre ele e o governador. "Nos caminhamos na mesma direção, tenho o maior apreço por ele e apóio as suas medidas. No entanto, já havia assinado um ato, assim que fui eleito presidente da Assembléia, concedendo um reajuste oriundo do piso salarial, como também o reajuste referente ao disparo do gatilho salarial. Então não teria como retroagir a uma decisão já levada a efeito com o conhecimento de todos os servidores do legislativo.

Ao concluir, disse que esta sua posição é relativa ao presente momento. "Não posso responder pelo futuro. De repente, poderemos estar diante da necessidade de não disparar o gatilho, por falta de recursos de ordem financeira. Mas enquanto for possível, vamos manter o que entendemos ser uma conquista dos servidores".

ANC
X

ANC 88
Pasta 16 a 23
Abril/87
026

Tancredo será lembrado dia 21

A Assembléia Nacional Constituinte vai dedicar a sessão da próxima terça-feira, dia 21, à memória do ex-presidente da República Tancredo Neves. Na homenagem, que será prestada no plenário da Câmara dos Deputados, falarão os líderes de todos os partidos, em número de doze, além do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e do constituinte Aécio Cunha, que agradecerá em nome da família Neves.

no Congresso — a primeira que a Assembléia Nacional Constituinte promove, em caráter excepcional — haverá outra solenidade no Panteão da Liberdade, na Praça dos Três Poderes. As 18 horas será acendida a pira simbólica e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, depositará uma coroa de flores em homenagem a Tancredo Neves.

O ato, com início marcado para as 14h30, contará com a presença da viúva D. Risoleta Neves e de vários familiares do ex-presidente. Após a sessão

Comparecerão à cerimônia no Panteão da Liberdade o presidente José Sarney e seu ministério, o governador de Brasília, José Aparecido, e autoridades convidadas, além de D. Sarah Kubitschek.

Deputado quer soldado votando

O deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) apresentou expediente à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte propondo que seja assegurado o direito de alistamento e de voto a todos os brasileiros.

participem do processo eleitoral — diz o deputado — afinal não se pode admitir que, tendo vestido fardas, recebam atestado de incompetência ou incapacidade.

Com isso, o parlamentar gaúcho resgata mais um compromisso assumido em campanha, o de lutar para que praças e soldados pudessem exercer o direito de votar.

Para o parlamentar gaúcho, o direito ao alistamento e de voto deve ser estendido a todos, homens e mulheres, sem quaisquer restrições, salvo os casos daqueles que sentença já cumprida por pena por sentença já transitada em julgado.

"Não entendo o motivo que impede que soldados

Campos apela por servidores

Em telegrama ao presidente José Sarney, o deputado Geraldo Campos (PMDB-DF) apelou ontem para que seja reconsiderada a punição imposta aos funcionários públicos que participaram no último dia 25 de "manifestações pacíficas e ordeiras" de reivindicações salariais. Ele decidiu se dirigir diretamente ao Presidente da República, após frustradas tentativas junto ao ministério da Administração, Aluizio Alves.

Segundo o Deputado, além de haver sido cortado o ponto dos servidores que participaram do movimento, os que tinham cargos de confiança foram demitidos. "O Ministro da Administração disse que não podia reconsiderar as punições, por isso recorri ao Presidente", explicou, manifestando a convicção de que será atendido.

Estado e cidadão: temas para confronto

Direitos do Estado contra os direitos do cidadão. Este será o confronto básico nas discussões da subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, na opinião de um de seus integrantes, o vice-líder do PMDB Antônio Perosa (SP). Segundo ele, o conflito pode ocorrer na medida em que se estabeleça as garantias que o Estado pode ter.

O estado de emergência, por exemplo, é um instrumento que conflita com o que se tem de conceito de uma democracia moderna. Não se pode pensar em um Estado em que, a qualquer perturbação da ordem, as sessões do Congresso sejam suspensas.

Além das salvaguardas, a subcomissão definirá o papel das Forças Armadas: — Não posso entender que as Forças Armadas voltem a intervir no processo político. O conceito de segurança nacional dos governos militares interveem nos direitos do cidadão. Tanto a questão das salvaguardas quanto a das atribuições das Forças Ar-

mas serão polêmicas. Mas há outros assuntos que deverão gerar divergências na subcomissão, segundo o seu presidente, deputado José Tavares (PMDB-PR). Um deles é o relacionamento das polícias militares com o Exército. Em documento a Tavares, as PMs reivindicam sua subordinação aos governadores, o que, na opinião do relator da subcomissão, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), poderia significar "a criação de exercitinhos particulares".

Na subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos o grande tema é a implantação do sistema distrital misto. Outro item capaz de motivar grandes debates é o da organização partidária. A deputada Lídice da Mata (PC do B-BA) está assustada com a "composição conservadora" da subcomissão, e já prevê dificuldades para fazer valer suas propostas. Mesmo assim, pretende defender a livre organização partidária, da forma como as agremiações julgarem conveniente, e mecanismos que impeçam a influência